

TENDÊNCIAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Naercio Aquino Menezes Filho*
Pedro Henrique Fonseca Cabanas*
Bruno Kawaoka Komatsu*

1 INTRODUÇÃO

Em anos recentes, o desemprego está em baixa. Entre 2003 e 2013,¹ o número de desempregados recuou 52,5% nas principais regiões metropolitanas (RMs), e a taxa de desemprego passou de 13% para 5,4% no mesmo período. Os gastos do governo com o seguro-desemprego, no entanto, estão aumentando a cada ano. De acordo com dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Brasil, 2008, 2009, 2012, 2013) e deflacionados pelos autores, entre 2002 e 2012, os gastos do governo com esse benefício passaram de R\$ 11 bilhões para R\$ 28,4 bilhões (em valores constantes de 2012), um aumento médio anual de 10%. Como é possível que os gastos com o seguro-desemprego tenham aumentado, quando o desemprego está diminuindo?

Com o objetivo de analisar essas tendências divergentes, buscou-se, neste artigo, observar os movimentos do mercado de trabalho em anos recentes, examinando dados agregados obtidos das pesquisas domiciliares, como a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ambas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados indicam que aumentos na rotatividade entre trabalhadores formais não parecem ter efeito relevante sobre a expansão acelerada nos gastos com a seguridade social. Verificou-se, por meio de simulações, que os altos valores gastos podem estar relacionados com o crescimento do valor das parcelas do benefício, determinados pelos aumentos das médias salariais recentes e pelos reajustes do governo.

2 PANORAMA GERAL DO MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO

A população economicamente ativa (PEA) representa o estoque de oferta de trabalho disponível no mercado. Entre 2003 e 2013, esse estoque apresentou crescimento em ritmo muito semelhante àquele da população em idade ativa (PIA), definida como os

* Do Centro de Políticas Públicas (CPP) do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) e Universidade de São Paulo (USP).

1. Considerou-se somente o mês de setembro de cada ano.

indivíduos que possuem 10 anos ou mais de idade,² de modo que a taxa de atividade (a razão entre os dois estoques) se manteve relativamente constante. O crescimento médio anual da PEA foi de 1,5% ao ano (a.a.) nas RMs abrangidas pela PME³ entre 2003 e 2008 e de 1,1% a.a. entre 2008 e 2013. No Brasil como um todo, o crescimento do mesmo agregado foi de 2,3% a.a. entre 2002 e 2008 e de 0,4% a.a. entre 2008 e 2012.

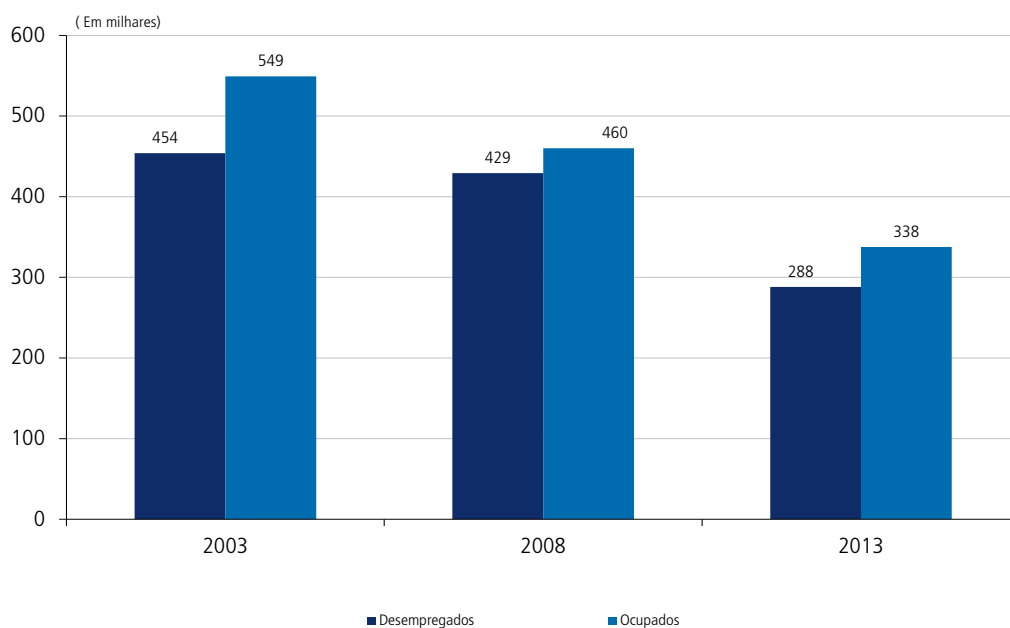
O crescimento da PEA foi puxado pela expansão do emprego, que aumentou a uma taxa média anual de 2,6% entre 2002 e 2008 e de 0,6% entre 2008 e 2012 no país. Nas RMs, áreas comparativamente mais dinâmicas, o crescimento foi de 2,7% a.a. entre 2003 e 2008 e de 1,6% a.a. entre 2008 e 2013.

Por sua vez, o número de desocupados se retraiu no Brasil. As pessoas que procuravam emprego diminuíram a taxas entre 2% a.a. e 3% a.a. entre 2002 e 2008 e entre 2008 e 2012. Nas RMs, a redução foi mais acentuada: -9% a.a. entre 2003 e 2008 e -6% a.a. entre 2008 e 2013.

Esses números expressam a dinâmica de crescimento da economia brasileira da última década, fortemente puxada pelo crescimento do consumo e emprego, embora seu desempenho agregado da produtividade tenha sido comparativamente pior.

Para explicar melhor a queda na taxa de desemprego, foram analisados os fluxos de entrada do emprego e do desemprego.⁴ Os movimentos de curto prazo apresentados no gráfico 1 (menos de um mês de trabalho ou de procura por trabalho) mostram que ambos os fluxos estão em queda.

GRÁFICO 1

Novos desempregados e novos ocupados nas RMs (2003-2013)

Fonte: PME/IBGE.

Elaboração dos autores.

2. Apesar da alteração feita pelo IBGE na PNAD 2011, para 15 anos ou mais de idade, foi mantida a definição anterior.

3. São elas: as RMs de São Paulo (RMSP), do Rio de Janeiro (RMRJ), de Belo Horizonte (RMBH), do Recife (RMR), de Salvador (RMS) e de Porto Alegre (RMPA).

4. Nesse caso, não foram considerados os fluxos de saída para a inatividade (cuja taxa líquida se manteve relativamente constante no período).

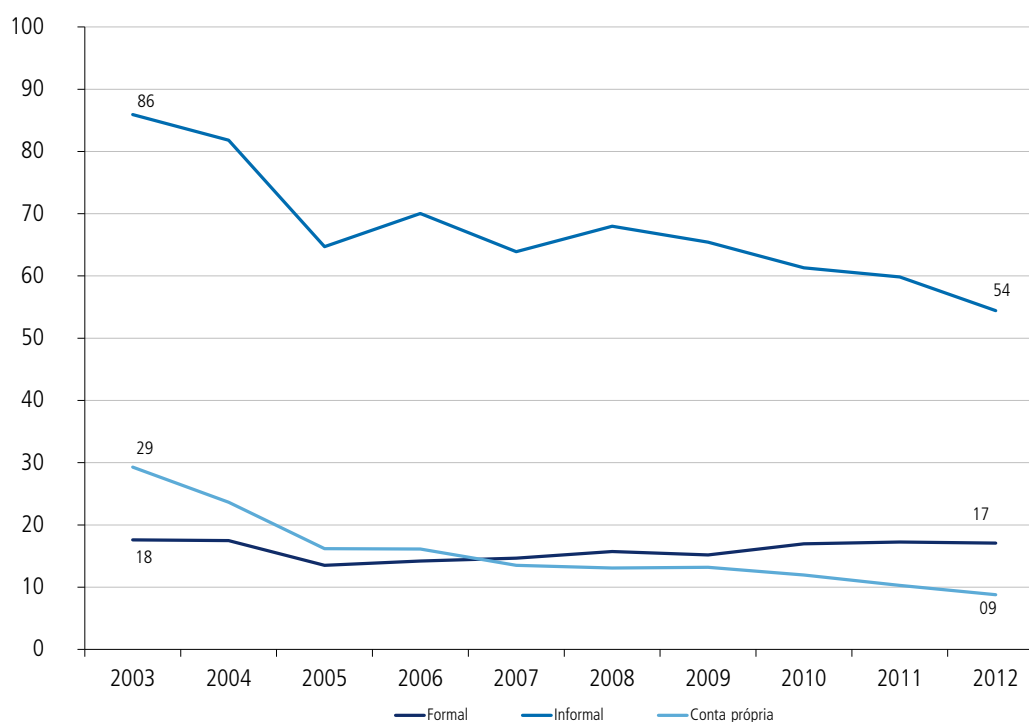
De fato, Nunes (2010) e Menezes Filho e Nunes (2013) mostram que, entre os ocupados, a probabilidade de desligamento decresceu continuamente ao longo dos anos 2000. No sentido oposto, apesar da redução do fluxo de entrada em ocupações, a probabilidade de admissão entre os desocupados teve aumentos no mesmo período. Entre esses dois movimentos, os estudos mostram que, entre 2002 e 2009, a variação da probabilidade de admissão explica integralmente a variação da taxa de desemprego. Isso significa que a importância das contratações sobre a taxa de desemprego preponderou em relação à importância da redução dos desligamentos no que se refere à queda da taxa de desemprego.

Um ponto adicional sobre o desemprego é que parece haver contribuições do setor não formal para as tendências de queda apresentadas. Como mostrado no gráfico 2, a rotatividade se reduziu entre trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira assinada no setor privado. No primeiro caso, a proporção de novos trabalhadores (com menos de um mês no trabalho) no estoque de trabalhadores caiu de 29% em 2003 para 9% em 2012. Entre os empregados sem carteira, a redução foi de 86% para 54% no mesmo período. Essas reduções foram acompanhadas de crescimento da duração média desses trabalhos – de 98 meses para 129 meses entre trabalhadores por conta própria e de 36 meses para cinquenta meses entre empregados sem carteira.

GRÁFICO 2

Proporção de novos trabalhadores em relação ao estoque total, por posição na ocupação nas RMs (2003-2012)

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Elaboração dos autores.

Entre os empregados com carteira assinada no setor privado, a rotatividade se manteve relativamente constante, e houve uma redução pequena na duração média dos vínculos (de 67 meses em 2003 para 64 meses em 2013).

3 FORMALIZAÇÃO E SEGURO-DESEMPREGO

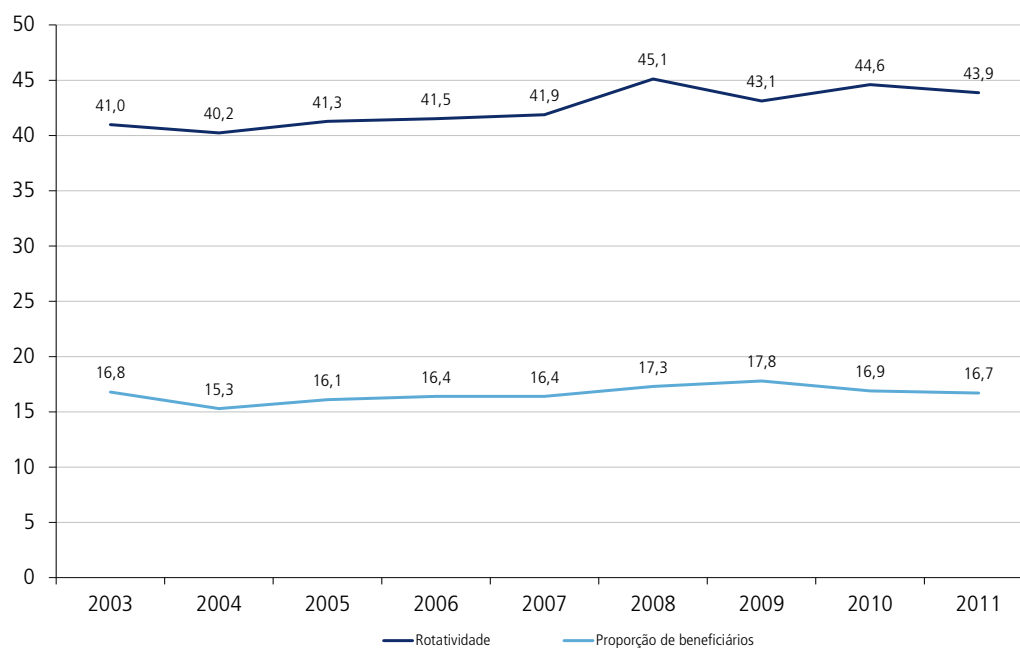
Um fator importante a ser destacado em relação ao aumento dos gastos com o seguro-desemprego foi o aumento na formalização do mercado de trabalho. Verifica-se um crescimento da proporção daqueles com carteira assinada no setor privado no total de empregados, passando de 53% em 2003 para 66% em 2013, de acordo com dados obtidos da PME, e de 56% em 2002 para 67% em 2012 no Brasil como um todo. Esse fator é importante para explicar os aumentos nos gastos, visto que os trabalhadores formais com carteira assinada constituem a maioria dos beneficiários do seguro-desemprego, enquanto os trabalhadores informais, empregadores e trabalhadores por conta própria, no geral, não têm direito ao benefício.

Outro fator relevante poderia ser o aumento da rotatividade no trabalho entre empregados formais, que expandiria o número de possíveis candidatos ao benefício. De acordo com dados do MTE, no entanto, a taxa de rotatividade de celetistas⁵ apresentou crescimento comparativamente pequeno na década passada. Como mostrado no gráfico 3, entre 2003 e 2011, houve crescimento relativamente pequeno da rotatividade, de 41% para 44%, o que parece corroborar o resultado do gráfico 2. A proporção de beneficiários em relação ao estoque de empregados com carteira assinada se manteve constante, de modo que o número daqueles aumentou no mesmo ritmo do emprego com carteira.

GRÁFICO 3

Taxa de rotatividade anual e proporção de beneficiários em relação ao estoque total de empregados celetistas (2003-2011)

(Em %)



Fonte: MTE.

Elaboração dos autores.

Além do crescimento do número de beneficiários do seguro-desemprego, é importante observar os valores das parcelas do seguro, que variam de acordo com a renda do trabalhador e os reajustes determinados pelo governo. O crescimento do salário

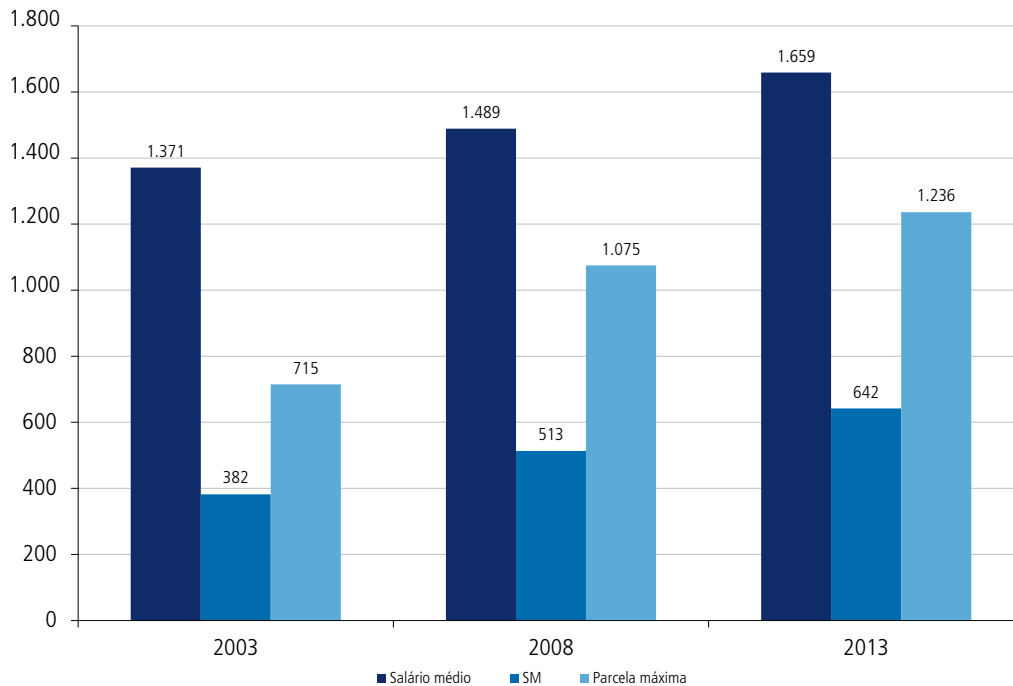
5. A taxa de rotatividade é calculada como uma razão em que o numerador é o mínimo entre o número de admissões e desligamentos no período considerado, e o denominador é o tamanho médio do estoque de trabalhadores.

médio dos trabalhadores, do salário mínimo (SM) nacional (o piso do valor da parcela do benefício) e do valor máximo das parcelas apresentados nos gráficos 4 e 5 evidenciam que o aumento nos gastos pode ser relacionado a um crescimento no valor das parcelas do benefício, visto que o crescimento do valor máximo das parcelas é maior do que a variação do salário médio.

GRÁFICO 4

Salário médio, SM e parcela máxima do seguro-desemprego (2003-2013) nas RMs

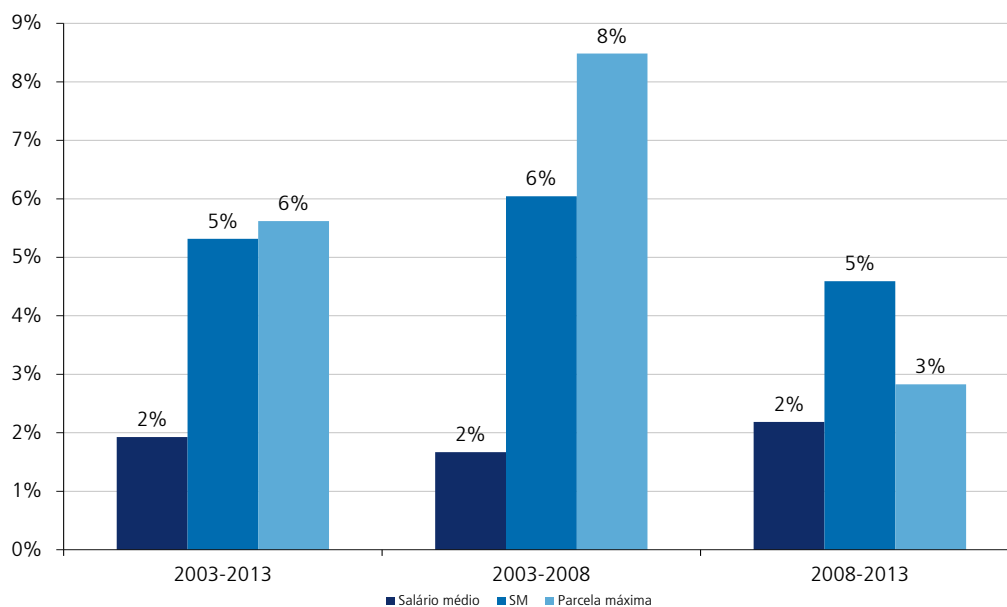
(Em R\$ de 2012)



Fonte: PME/IBGE e MTE.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 5

Crescimento do salário médio, SM e parcela máxima do seguro-desemprego nas RMs (2003-2013)



Fonte: PME/IBGE e MTE.
Elaboração dos autores.

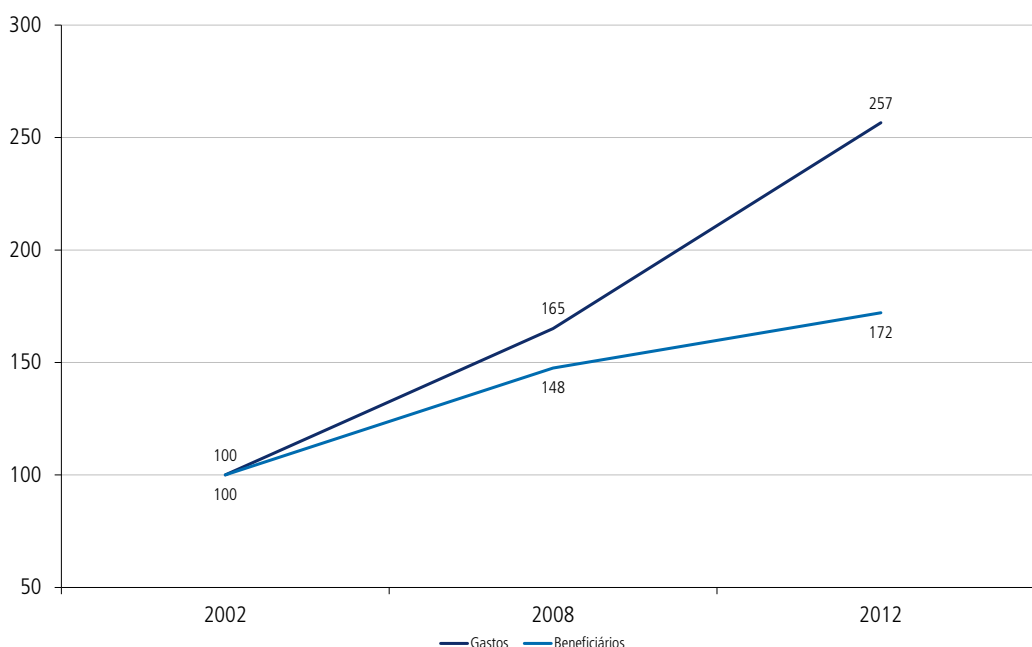
É preciso, portanto, verificar quais foram as fontes de crescimento desses gastos.

Para mensurar os gastos do governo com seguro-desemprego, foi realizado um cálculo simplificado, simulando os valores pagos a cada trabalhador de acordo com as regras divulgadas pelo MTE, sendo a quantidade de parcelas relacionada à permanência no emprego, e o valor dela relacionado, à renda mensal do trabalhador. De seis a onze meses de permanência, o trabalhador demitido sem justa causa pode receber até três parcelas do benefício; de doze a 24 meses recebe quatro parcelas e 24 meses ou mais recebe cinco parcelas. O valor das parcelas foi calculado de acordo com faixas de médias salariais, sendo simulado um indivíduo médio e os valores obtidos sendo anualizados. Utilizando dados da PME, considerou-se que todos os trabalhadores elegíveis para o recebimento do benefício solicitaram o recebimento do mesmo. De acordo com os dados dos Relatórios de Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), ilustrados no gráfico 6, entre 2002 e 2012, o número de beneficiários aumentou a uma taxa anual de 5,6%, enquanto os gastos cresceram 10% a.a. (a preços constantes de 2012).

GRÁFICO 6

Gastos do governo e beneficiários do seguro-desemprego (2002-2012)

(Base: 2002=100)



Fonte: MTE.

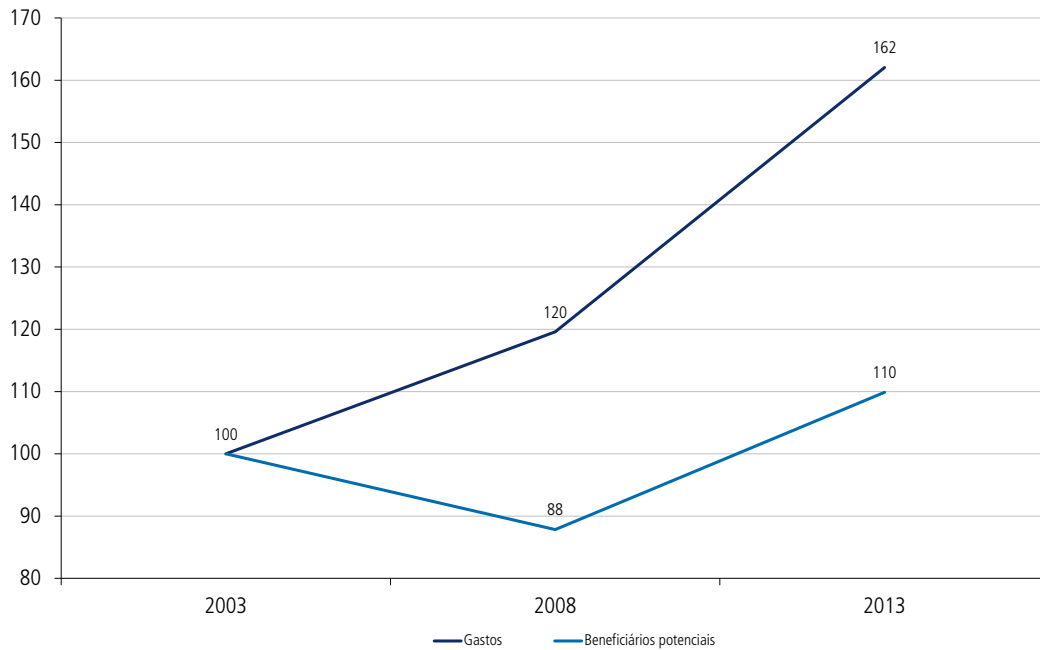
Elaboração dos autores.

As simulações com dados da PME e da PNAD (gráficos 7 e 8) mostram que foram subestimados os gastos que o governo teria realizado, já que o crescimento indicado por elas foi menor do que o mostrado anteriormente. Apesar disso, tais resultados mostram que houve aumento significativo dos gastos, de cerca de 4,5% a.a. nas RMs, e de quase 5%, com dados da PNAD. Quanto ao número de beneficiários, as diferenças em relação aos dados do MTE se devem ao fato de que os dados da PME mostram somente os beneficiários potenciais e com a abrangência reduzida às RMs. Os dados da PNAD mostram o número de pessoas que declararam ter usufruído do benefício, com uma redução importante entre 2008 e 2012.

GRÁFICO 7

Gastos do governo e beneficiários do seguro-desemprego (formal) nas RMs (2003-2013)

(Base: 2003=100)

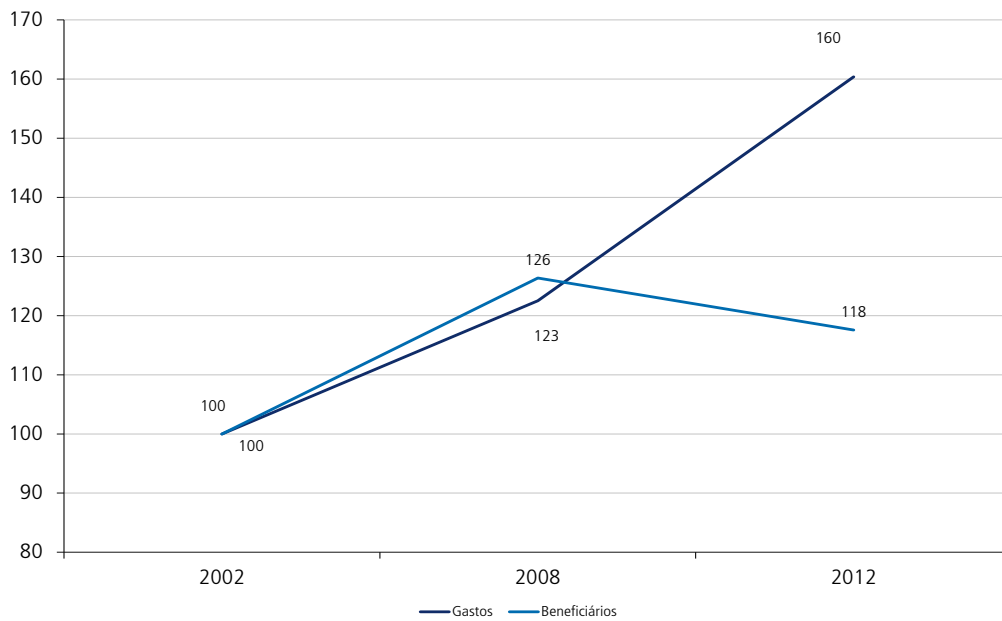


Fonte: PME/IBGE.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 8

Gastos do governo e beneficiários do seguro-desemprego (formal) (2002-2012)

(Base: 2002=100)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração dos autores.

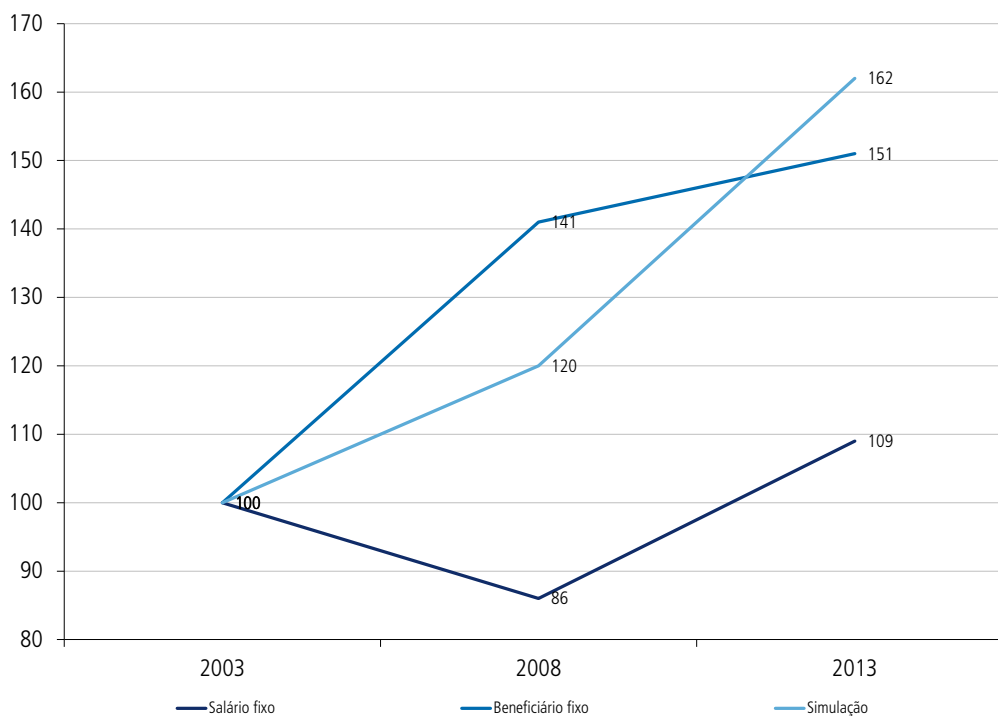
A partir das simulações anteriores, foi feito um exercício simples de cenários contrafactuais em que se mantiveram constantes, em primeiro lugar, o número de beneficiários e, posteriormente, o salário médio e os limites utilizados na regra de determinação dos valores das parcelas a serem pagas.

A partir dos dados da PME, o gráfico 9 mostra que, se o fluxo de indivíduos que saíram de empregos formais e entraram no desemprego se mantivesse estável ao longo do tempo, os gastos teriam crescido em 41% até 2008 e 51% até 2013. Em contraste, caso o valor das parcelas tivesse se mantido constante (em termos reais), os gastos teriam decrescido 14% até 2008, porém aumentado 9% até 2013. Portanto, nos últimos dez anos, o aumento do salário e dos valores da regra de determinação das parcelas parece ter contribuído mais para o aumento dos gastos com o seguro-desemprego em comparação com o número de beneficiários. Utilizando dados da PNAD, chegou-se a resultados semelhantes no final do período (gráfico 10), com resultados diferenciados em 2008.

GRÁFICO 9

Varição no total de gastos com seguro-desemprego nas RMs (2003-2013)

(Base: 2003=100)



Fonte: PME/IBGE.

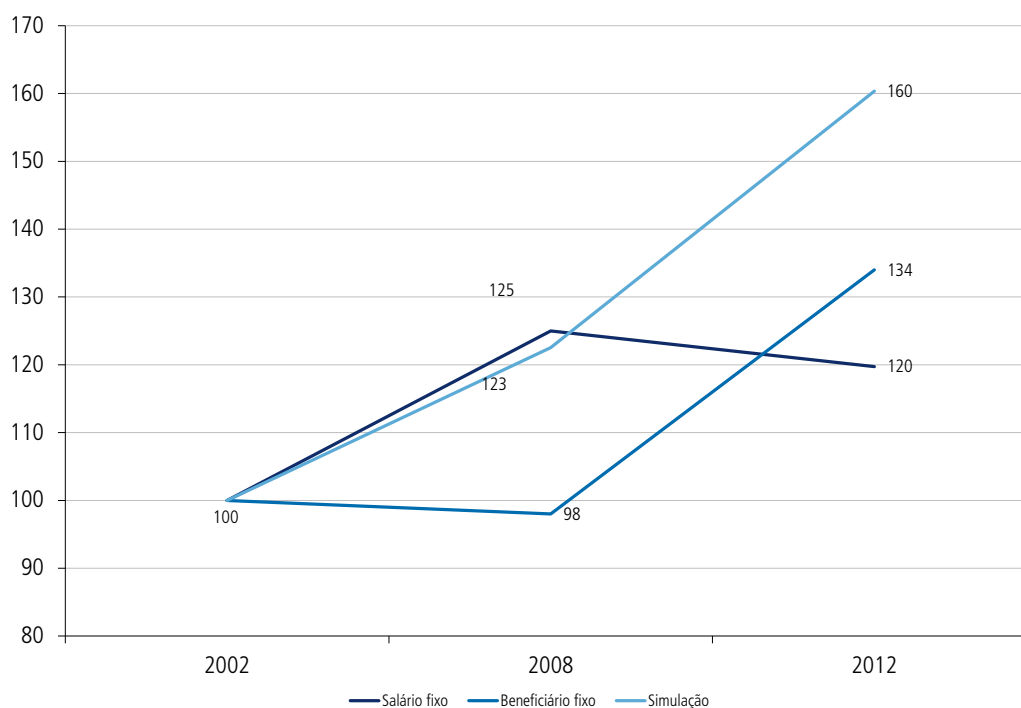
Elaboração dos autores.

Esse resultado contrasta com os argumentos que associam a causa principal do crescimento das despesas governamentais ao aumento da rotatividade e sugere que o aumento dos gastos pode ser devido principalmente ao crescimento salarial dos trabalhadores, em que se destacam o SM e, conseqüentemente, o aumento do valor das parcelas recebidas.

GRÁFICO 10

Evolução contrafactual dos gastos com seguro-desemprego (2002-2012)

(Base: 2002=100)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração dos autores.

5 CONCLUSÃO

Neste estudo, procurou-se explorar dados de pesquisas domiciliares do IBGE, com o objetivo de examinar os fatores que levaram ao acelerado crescimento dos gastos do governo com o seguro-desemprego em um contexto de redução drástica da desocupação.

De acordo com as simulações realizadas com dados da PME e da PNAD, apesar de o número de beneficiários ter apresentado crescimento no período como um todo, o fator que mais contribuiu para os gastos parece ter sido o aumento do valor das parcelas, determinado pelos salários médios e pelos sucessivos reajustes determinados pelo governo. Não foram encontradas evidências que permitam sustentar o argumento de que o aumento da rotatividade teria sido um fator de grande relevância para o aumento dos gastos.

Por seu turno, é possível que as regras do seguro-desemprego abram espaço para o atraso na procura do emprego, uma vez que a probabilidade de sair do desemprego tem aumentado. Nesse caso, os antigos trabalhadores formais sem ocupação poderiam se manter durante alguns meses sem procurar trabalho, na expectativa de que, quando comessem a tomar providências, encontrariam emprego com relativa facilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Relatório de Gestão do Exercício 2007**. Brasília, 2008.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício 2008**. Brasília, 2009.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício 2011**. Brasília, 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Relatório de Gestão do Exercício 2012**. Brasília, 2013.

MENEZES FILHO, N. A.; NUNES, D. U. **Probabilidades de admissão e desligamento no mercado de trabalho brasileiro**. 2013. Mimeografado.

NUNES, D. U. **Probabilidades de admissão e desligamento no mercado de trabalho brasileiro**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAHAD, J. P. Z; POZZO, R. G. Mercado de trabalho no Brasil na primeira década do século XXI: evolução, mudanças e perspectivas. **Ciência e trópico**. No prelo.